

**METODOLOGIAS ATIVAS:  
CAMINHOS PARA UMA  
APRENDIZAGEM  
INCLUDENTE NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

ACTIVE METHODOLOGIES: PATHWAYS TO INCLUSIVE LEARNING IN BASIC  
EDUCATION

Ciências Humanas • 02/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782708310](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782708310)

---

Rissia Karla da Costa Almeida<sup>1</sup>

Elayne Cristina de Paiva Dias Anisio<sup>2</sup>

Erivaia Andrade Barbosa<sup>3</sup>

Meiry Lúcia Meneses de Sousa Oliveira<sup>4</sup>

Josemaria de Medeiros Batista<sup>5</sup>

Bismark Victor Diniz<sup>6</sup>

Heloiza Aline Pereira Silva<sup>7</sup>

Tainara Taise da Silva<sup>8</sup>

Jackeline Nathya de Sousa Nogueira<sup>9</sup>

Ana Lucia Santos Bezerra<sup>10</sup>

---

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar o uso das metodologias ativas como estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão e a aprendizagem significativa na educação básica. A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos que abordam a importância da mediação docente e do protagonismo estudantil, tendo como base a teoria sociointeracionista de Vygotsky e autores como Bacich e Moran (2018) e Freire (1996). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo, fundamentada na análise da literatura especializada e na observação de práticas pedagógicas desenvolvidas em turmas do ensino fundamental durante a elaboração de projetos científicos apresentados em uma mostra escolar. Os resultados evidenciam que o uso de metodologias ativas, tais como a aprendizagem baseada em projetos, a aprendizagem baseada em pesquisa e a aprendizagem colaborativa, promove o engajamento dos estudantes, a troca de saberes e o desenvolvimento da autonomia. As experiências observadas, especialmente nas turmas de 4º e 5º anos, revelam que práticas pedagógicas centradas no estudante ampliam as possibilidades de aprendizagem e inclusão, tornando o processo educativo mais dinâmico, reflexivo e significativo. Conclui-se que as metodologias ativas, quando articuladas aos pressupostos da educação inclusiva, constituem importantes instrumentos para o fortalecimento de uma escola democrática, plural e comprometida com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas; Educação inclusiva; Ensino; Aprendizagem.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the use of active methodologies as pedagogical strategies that promote inclusion and meaningful

learning in basic education. The research is based on theoretical frameworks that address the importance of teacher mediation and student protagonism, drawing on Vygotsky's socio-interactionist theory and authors such as Bacich and Moran (2018) and Freire (1996). It is a qualitative, bibliographical, and descriptive study, based on the analysis of specialized literature and the observation of pedagogical practices developed in elementary school classes during the elaboration of scientific projects presented at a school exhibition. The results show that the use of active methodologies, such as project-based learning, research-based learning, and collaborative learning, promotes student engagement, the exchange of knowledge, and the development of autonomy. The experiences observed, especially in the 4th and 5th grade classes, reveal that student-centered pedagogical practices broaden the possibilities for learning and inclusion, making the educational process more dynamic, reflective, and meaningful. It is concluded that active methodologies, when articulated with the principles of inclusive education, constitute important instruments for strengthening a democratic, pluralistic school committed to the integral development of individuals.

**Keywords:** Active methodologies; Inclusive education; Teaching; Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

O termo Metodologia Ativa (MA) surgiu em meados da década de 1930, em contraposição ao ensino tradicional, no qual o professor é o centro do processo de ensino-aprendizagem e detentor do conhecimento. Nessa nova perspectiva, o aluno é colocado como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, buscando-se promover uma aprendizagem significativa e participativa. De acordo

com essa abordagem, o aluno absorve aquilo que tem significado para ele, pautando-se em uma prática centrada no interesse e na autonomia, em que o professor atua como mediador e facilitador do conhecimento.

Durante o desenvolvimento dos projetos de pesquisa a serem apresentados na amostra científica da referida escola, observamos a realização de projetos de ensino voltados à iniciação científica dos estudantes do ensino fundamental. Essa prática contribui para fomentar diferentes aprendizagens e para a construção do saber pelo próprio aluno, pois:

*A aprendizagem baseada em projetos tem sido caracterizada como um processo dinâmico, participativo e interdisciplinar centrado na aprendizagem do aluno. Tendo como procedimento primordial a conscientização do discente sobre o que ele necessita aprender e a motivação pela busca de informações relevantes. Promove o estímulo à aprendizagem, trabalho em equipe, a escuta do outro e a responsabilidade por suas atitudes. (AMARAL, et al., 2017, p. 13)*

Posto isso, pretende-se identificar e evidenciar, por meio da observação e descrição, à luz do referencial teórico selecionado, as práticas pedagógicas com foco nas metodologias ativas, a partir da análise de uma realidade específica de uma escola, no contexto do desenvolvimento dos projetos científicos para a amostra científica que ocorre anualmente na referida instituição.

Com este estudo, pretende-se fomentar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas baseadas nas metodologias ativas e de suas contribuições para uma aprendizagem dinâmica e significativa, em que professores e alunos aprendem e constroem juntos o conhecimento, tornando o processo de ensino um ato libertador, como defende Paulo Freire.

O estudo que se segue pretende evidenciar as contribuições das práticas educativas voltadas às metodologias ativas, conduzindo a uma aprendizagem significativa e inclusiva, visto que considera diferentes metodologias em favor das diversas formas de aprendizagem, transformando o espaço educativo em um ambiente plural e diverso. Busca-se, ainda, identificar as diferentes metodologias vivenciadas na construção das pesquisas propostas, bem como o surgimento do interesse dos estudantes pelos temas desenvolvidos. Dessa forma, pretende-se proporcionar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas com base nas metodologias ativas que se manifestam ao longo desse percurso.

Pode-se afirmar que a pesquisa em questão produz um saber científico a partir da observação de práticas educativas baseadas em projetos, com predominância na descrição dos dados fundamentados em pesquisas bibliográficas dos autores referenciados, realizando-se uma análise qualitativa das informações coletadas.

O estudo que se segue está estruturado de forma a oferecer uma sequência lógica dos dados coletados, possibilitando uma compreensão organizada do percurso investigativo. Inicialmente, apresenta-se o contexto histórico da educação para todos, voltada para uma perspectiva inclusiva, seguido da conceituação do termo

metodologias ativas, segundo Mota e Rosa (2018), abordando o percurso histórico do conceito com base na teoria sociointeracionista de Vygotsky (1997), entre outros estudiosos que discutem o tema. Por fim, são apresentadas as descrições das ações pedagógicas que promovem a inclusão com base nas metodologias ativas, tendo como *lócus* da pesquisa a observação e descrição das atividades desenvolvidas em salas de aula da educação básica (Ensino Fundamental) durante o desenvolvimento dos projetos apresentados na amostra científica da rede.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa teve como ponto de partida a realização de um estudo e descrição sobre o contexto histórico da educação especial no Brasil, por meio da análise dos documentos regulamentadores, com o objetivo de compreender os caminhos percorridos historicamente até os avanços observados na oferta da educação especial na atualidade.

Diante do tema proposto para problematização e investigação as metodologias ativas, serão realizadas leituras à luz de autores que abordam essa temática, de modo a embasar as observações feitas nas salas de aula durante a execução dos projetos de pesquisa voltados à amostra científica, pois:

*Assim, outro caminho para se identificar um problema de pesquisa é consultar a literatura, ou seja, o que já foi escrito sobre o tema. Isso pode ser feito, por exemplo, em livros, revistas especializadas e produções acadêmicas, como teses, dissertações, relatórios de pesquisa e trabalhos apresentados em anais de evento científicos. (CASARIN, 2012, p.45).*

Por último, realizaremos a observação e descrição das práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas de aula da rede estadual, em turmas do ensino fundamental, durante o período de execução dos projetos de ensino de iniciação científica. Buscaremos identificar as metodologias ativas utilizadas por professores e alunos, compreendendo que as práticas voltadas para as Metodologias Ativas (MA) possibilitam uma abordagem mais inclusiva, favorecendo ao aluno a construção do próprio conhecimento de forma significativa e dinâmica. Como destacado “O sistema de ensino, à medida que se adapta a essas mudanças e implementa novas formas de aprender e ensinar, demanda um novo perfil docente” (MANTOAN, 2022, apud LUCHESI; LARA; SANTOS, 2022, p.11).

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. Contexto Histórico da Educação Inclusiva**

A educação inclusiva no Brasil possui uma trajetória marcada por avanços e retrocessos que refletem as transformações sociais, políticas e ideológicas ocorridas ao longo dos séculos. Compreender

esse percurso histórico é fundamental para analisar os desafios atuais da inclusão educacional e as conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro.

### **3.2. Das Santas Casas aos Dias Atuais: Os Primórdios da Educação Inclusiva**

O surgimento da educação para crianças com deficiência no Brasil remonta ao final do século XIX, influenciado pelas ideias liberais que circulavam desde o final do século XVIII. Seguindo a tradição europeia, as Santas Casas de Misericórdia desempenharam papel relevante no atendimento aos pobres e doentes, passando a acolher, a partir de 1717, crianças abandonadas até os sete anos de idade (JANNUZZI, 2004 apud SECUNDINO; SANTOS, 2023). Embora não existam registros oficiais sobre o tratamento destinado a essas crianças, supõe-se que muitas apresentavam defeitos físicos ou mentais, considerando que as crônicas da época revelam que eram abandonadas em lugares assediados por animais que frequentemente as mutilavam ou matavam.

Com o fim do Estado Novo em 1945, passou a vigorar no Brasil, em 1946, uma nova Constituição de cunho liberal que tinha por finalidade a redemocratização do país. A Carta Magna preconizava a educação como direito de todos, enfatizando a ideia de educação pública, conforme estabelecido em seus artigos:

*Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I – o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II – o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (BRASIL, 1946).*

A entrada de crianças abandonadas e com algum tipo de deficiência pode ter sido facilitada com a criação da casa de expostos e asilos para os desvalidos, instituições destinadas ao cuidado de órfãos e crianças abandonadas (SILVA, 2012 apud SECUNDINO; SANTOS, 2023). As crianças com deficiência mais severa eram tratadas nas Santas Casas e, na fase adulta, como doentes e alienados, evidenciando uma concepção assistencialista e segregadora que marcou os primórdios da educação especial no país.

O marco histórico da educação especial no Brasil ocorreu em 1854, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, seguido em 1857 pelo Instituto dos Surdos-Mudos, ambos fundados durante o Império e voltados ao atendimento de pessoas com deficiências sensoriais. Essas instituições, inspiradas em modelos europeus, marcaram os primeiros esforços formais de inclusão educacional no país. Nesse período de crescimento econômico e influência das ideias francesas,

surgiram também iniciativas voltadas ao atendimento de pessoas com deficiências mentais e físicas, influenciadas pelo pensamento positivista e pela psicologia comportamental (SECUNDINO; SANTOS, 2023).

Entretanto, embora a educação pública e gratuita estivesse prevista desde a Lei Maior de 1946, a realidade apresentava-se bastante diferente. Silva (2012) avalia que antes da década de 1960, as classes especiais existentes eram predominantemente particulares e, por serem pagas, dificultavam o acesso de pessoas com deficiência pertencentes às classes baixas.

Quanto às classes especiais da rede pública, Ferreira (2006, p. 87) aduz que além de serem poucas ainda "acompanhavam, lentamente, a expansão do ensino primário e de seus problemas, tal como o crescente fracasso escolar nas séries iniciais". A década de 1960 representa um divisor de águas na história da educação especial brasileira. No que se refere aos alunos com deficiência, conforme explica Fernandes (2011):

*A organização efetiva de pais, amigos e familiares que passaram a reivindicar o direito à matrícula dos alunos com deficiência em escolas regulares só ganhou visibilidade no Brasil a partir dos anos de 1960, reflexo do amplo movimento contextualizado nos países nórdicos, como Dinamarca, Islândia e Suécia, que se estende aos Estados Unidos e rapidamente se espalha pelo mundo (Fernandes 2011, p. 67).*

Evidencia-se, portanto, que a trajetória da educação especial no Brasil, desde seus primórdios até a década de 1960, caracterizou-se por uma evolução gradativa que passou da total exclusão e abandono ao reconhecimento formal do direito à educação. Todavia, esse reconhecimento ainda se dava de forma segregadora, em instituições especializadas, refletindo uma concepção de que a pessoa com deficiência deveria adaptar-se ao sistema educacional existente, e não o contrário. As bases para uma transformação mais profunda, rumo à verdadeira inclusão, somente começariam a ser construídas nas décadas seguintes, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a influência de movimentos internacionais como a Declaração de Salamanca de 1994.

A Declaração de Salamanca (1994) representou um marco global para a educação inclusiva, ao afirmar que todas as crianças, independentemente de suas condições, devem aprender juntas nas escolas regulares. No Brasil, suas diretrizes reforçaram os princípios já assegurados pela Constituição de 1988, que garantia o direito à educação para todos. A partir daí, políticas públicas e reformas educacionais passaram a buscar uma educação de qualidade voltada ao desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência. Apesar dos avanços, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios, exigindo mudanças estruturais, formação docente adequada e transformações culturais nas escolas.

Desta forma a educação inclusiva no Brasil é resultado de um processo histórico de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, fundamentado em legislações que buscam promover igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. O Estado brasileiro, ao longo dos anos, consolidou esse compromisso por meio de decretos que regulamentam a inclusão escolar, como os

Decretos nº 5.626/2005, nº 7.611/2011 e, mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Essas normas representam marcos fundamentais na consolidação de uma educação que visa não apenas a inserção física dos estudantes, mas sua efetiva participação, aprendizagem e desenvolvimento integral.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, foi pioneiro ao regulamentar a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. O documento estabelece que a Libras deve ser incluída como disciplina obrigatória na formação de professores e profissionais da educação, bem como garantir às pessoas surdas o acesso à comunicação e à educação em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2005). Essa medida representa um avanço significativo na promoção da acessibilidade comunicacional e no combate às barreiras linguísticas que historicamente marginalizaram a população surda no ambiente escolar.

Posteriormente, o Decreto nº 7.611/2011 ampliou o alcance da educação inclusiva ao dispor sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurando a oferta de serviços, recursos e estratégias pedagógicas voltadas à eliminação de barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

O Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirmando o compromisso com uma educação pública, equitativa e de qualidade para todos, incluindo pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades. Junto aos Decretos nº 5.626/2005 e nº 7.611/2011, reforça a construção de uma escola democrática e plural, baseada na igualdade de

oportunidades. Apesar dos avanços legais, ainda há desafios para a efetivação da inclusão, como a falta de formação adequada para professores, barreiras arquitetônicas e pedagógicas, e carência de recursos que garantam o atendimento à diversidade nas escolas brasileiras.

Segundo Cassiano Soares, o processo inclusivo requer a transformação das práticas escolares tradicionais, substituindo a lógica da integração pela do pertencimento, em que todos os alunos participam de forma ativa. Mantoan (2015) reforça que “o ensino é coletivo, mas a aprendizagem é individualizada”, destacando a necessidade de planos pedagógicos que respeitem o ritmo e as potencialidades de cada estudante. Assim, apesar dos avanços legais, a efetivação da educação inclusiva no Brasil ainda depende da superação de barreiras.

#### **4. CONCEITOS DA METODOLOGIA ATIVA**

As metodologias ativas surgiram na década de 1980 como alternativa ao ensino tradicional, que se baseava na transmissão passiva de conteúdos. Essa abordagem propõe um ambiente de aprendizagem em que o aluno é protagonista, desenvolvendo autonomia e autorregulação para uma aprendizagem significativa (Mota e Rosa, 2018). A Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação a todos, reforçado pela LDB de 1996, que assegura métodos e recursos específicos para estudantes com necessidades especiais. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reafirma o direito à educação inclusiva, promovendo o desenvolvimento pleno das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais de cada pessoa, conforme suas características e necessidades.

As metodologias ativas baseiam-se em três conceitos: make (explorar a linguagem computacional), design (projetar atividades significativas) e empreender (testar ideias com significado). Essa abordagem busca tornar o ensino mais dinâmico e participativo, superando limitações do modelo tradicional. Segundo Bacich e Moran (2018), as metodologias ativas colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, valorizando sua participação, o contexto e a realidade em que está inserido.

#### **4.1. As Metodologias Ativas e as Diversas Abordagens**

As metodologias ativas englobam diversas abordagens que promovem uma aprendizagem mais significativa e colaborativa, como sala de aula invertida, gamificação, aprendizagem baseada em projetos, problemas, jogos, fenômenos, pares, design thinking e estudo de caso. Entre os recursos utilizados, destaca-se o mapa conceitual, ferramenta que estimula a participação dos estudantes na reflexão e construção do próprio conhecimento. Outro recurso importante é o flash e card, utilizado para conceituar e reforçar conteúdos de forma interativa, podendo ser produzido com materiais simples ou digitais. Ambos os recursos favorecem o uso criativo e sustentável de materiais, contribuindo para práticas pedagógicas inovadoras e participativas.

Miranda e Pischetola (2021) fala que as metodologias ativas podem ser fortalecidas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na educação, mas se for de maneira desvinculada, em uma reflexão crítica, pode ocorrer uma limitação a criatividade e a autonomia dos estudantes, pois ao receber os conhecimentos prontos, eles não irão elaborar hipótese ou pensar

de maneira crítica para chegar as suas conclusões. O que dizem as autoras sobre isso:

*Apesar de construírem propostas interessantes para a educação, acreditamos que as metodologias ativas, assim como tecnologias em educação, não podem ser consideradas transformações, esvaziando um percurso histórico e social do problema. (PISCHETOLA; MIRANDA, 2021, p. 27)*

As metodologias ativas propõem novas formas de ensino que estimulam a participação e a autonomia dos alunos, promovendo uma mudança cultural entre professores, estudantes e famílias. De acordo com Bacich e Moran (2018), é essencial selecionar bons materiais, vídeos e atividades, além de acompanhar o ritmo de cada aluno, para garantir uma aprendizagem significativa. Fundamentadas em Vygotsky (1997), essas metodologias valorizam a interação social como base para a construção do conhecimento, rompendo com o modelo tradicional e promovendo inclusão, trabalho em equipe e desenvolvimento do pensamento crítico.

Na Educação Especial, as metodologias ativas se mostram ferramentas eficazes para reduzir barreiras, respeitar a diversidade e oferecer recursos de acessibilidade que tornam o aprendizado mais funcional. Embora os avanços legais sejam significativos, o processo de inclusão ainda ocorre de forma lenta e depende da conscientização da sociedade, da escola e da família. Nesse cenário, o uso das tecnologias educacionais fortalece as práticas pedagógicas, potencializando a aprendizagem dos estudantes com

deficiência e consolidando-os como protagonistas de seu próprio processo educativo.

#### **4.2. Metodologias Ativas, BNCC e Educação Especial**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, ao reconhecer e valorizar a diversidade presente nas salas de aula. Ela assegura que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para isso, a BNCC defende práticas pedagógicas flexíveis, currículos adaptados e ambientes acolhedores que respeitem as singularidades e potencialidades de cada aluno (Brasil, 2017).

A implementação enfrenta desafios, como a necessidade de formação contínua dos professores, a oferta de recursos pedagógicos diversificados e a utilização de estratégias adaptativas. Além disso, a preparação dos educadores deve contemplar temas relacionados à pedagogia inclusiva, às adaptações curriculares e ao uso de tecnologias assistivas. Mantoan, 2015 evidencia a importância da atuação do professor e de uma mudança de postura desses profissionais:

Se de um lado é preciso continuar investindo maciçamente na formação de profissionais qualificados, de outro não se pode descuidar da realização dessa formação. É preciso estar atento ao modo como os professores aprendem ao aperfeiçoarem seus conhecimentos pedagógicos, e também ao modo como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais suscitados pelo ensino inclusivo. (MANTOAN. 2015. Pag. 74)

Um professor disposto a ensinar a todos, subsidiado por metodologias ativas favorecem a inclusão escolar ao promoverem a participação, colaboração e autonomia dos estudantes. Baseadas na teoria sociointeracionista, incentivam a aprendizagem por meio da interação e da experimentação. Alinhadas à BNCC, constituem importantes aliadas da Educação Especial, por tornarem as práticas pedagógicas mais dinâmicas, acessíveis e centradas no aluno.

## **5. AS METODOLOGIAS ATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Partindo do princípio que norteia a prática com metodologias ativas de que o processo educativo se dá a partir de uma problematização da realidade articulada ao contexto social, o tema escolhido para a amostra científica foi “Sustentabilidade, um olhar para o futuro.” Divididos em subtemas e distribuídos por grupos de estudo e pesquisa dentro da metodologia de projetos, práticas evidenciadas nas metodologias ativas, pois “...é fundamental o trabalho em equipe para interação constante dos alunos, discussão, trocas de experiência e desenvolvimento da capacidade de argumentação” (LUCHESE; LARA; SANTOS, 2022, p. 16). Destacamos e observamos 3 atividades desenvolvidas por professores e alunos da Escola que chamaremos Escola da esperança (nome fictício) das turmas de 4º e 5º ano.

A atividade desenvolvida pela turma do 4º ano utilizou diferentes metodologias ativas onde a turma escolheu estudar sobre plantas, foi realizado a leitura compartilhada de textos sobre o tema, seguida de uma proposta investigativa em que cada aluno trouxe pra aula seguinte uma planta medicinal utilizada por suas famílias compartilhando experiências.

Essa vivência promoveu a aprendizagem significativa, ao relacionar o conteúdo escolar com o contexto cultural e cotidiano dos alunos. O momento de socialização estimulou a aprendizagem colaborativa, por meio da troca de saberes entre as crianças. A posterior produção de textos possibilitou que os alunos organizassem e registrassem o conhecimento construído. Além disso, o grupo que decidiu aprofundar a pesquisa para a amostra científica vivenciou elementos da aprendizagem baseada em projetos e em pesquisa, desenvolvendo autonomia, curiosidade e espírito investigativo. Assim, a proposta integrou diferentes áreas do conhecimento e favoreceu um aprendizado ativo, reflexivo e contextualizado.

Na atividade vivenciada pelo 5º ano onde o assunto a ser abordado na amostra científica envolveria os animais, foi proposto que os alunos se reunissem em grupos de até 5 alunos para realizarem uma pesquisa pela internet sobre algumas questões pontuadas pelo professor acerca de algumas características de defesa animal (camuflagem e estratégias de defesa dos mamíferos, insetos predadores e polinizadores) na ocasião foi orientado o uso da plataforma de pesquisa do google e em seguida a socialização da pesquisa pelos grupos.

A atividade desenvolvida com a turma do 5º ano fez uso de diferentes metodologias ativas, promovendo o protagonismo dos estudantes e o uso de recursos digitais na construção do conhecimento. Considerando o tema da amostra científica, os animais e suas estratégias de defesa, foi proposto que os alunos se reunissem em grupos de até cinco integrantes para realizar uma pesquisa na internet sobre camuflagem, defesa dos mamíferos e comportamento de insetos predadores e polinizadores. A proposta envolveu a aprendizagem baseada em pesquisa, uma vez que os

alunos buscaram informações de forma autônoma, utilizando a plataforma do Google como ferramenta de investigação. O trabalho em grupo estimulou a aprendizagem colaborativa, favorecendo o diálogo, a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. Inserida no contexto da aprendizagem baseada em projetos, a atividade contribuiu para o desenvolvimento de competências científicas e digitais, além de promover uma aprendizagem significativa, ao relacionar o conteúdo estudado com a curiosidade e o interesse natural dos alunos pelo mundo animal. Assim, a prática pedagógica favoreceu a reflexão, o trabalho cooperativo e o uso crítico da tecnologia como meio de aprender.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo permitiu compreender que as metodologias ativas representam um importante avanço no campo educacional, ao promoverem práticas pedagógicas centradas no protagonismo discente e na mediação docente. As observações realizadas em turmas do ensino fundamental evidenciaram que a aprendizagem baseada em projetos, em pesquisa e colaborativa estimula a autonomia, a criatividade e o desenvolvimento de competências socioemocionais, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo e inclusivo.

Constatou-se que a utilização dessas metodologias, aliada aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos fundamentos da Educação Especial, contribui para a construção de uma escola mais democrática e plural. A inserção de práticas que valorizam a participação e a diversidade amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece o vínculo entre teoria e prática, aproximando o conhecimento escolar da realidade dos estudantes.

Assim, as metodologias ativas se mostram eficazes na promoção de uma educação que respeita os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

Pelo o que foi compreendido, existe a necessidade de ampliar o debate sobre novas pesquisas sobre o uso das metodologias ativas em diferentes contextos educacionais. Por isso, esse estudo deve ser fomentado como base em Investigações futuras, que assim poderão aprofundar a análise sobre a formação docente e a efetividade dessas práticas no fortalecimento da inclusão e da aprendizagem significativa. Dessa forma, é possível reafirmar que o uso consciente e planejado das metodologias ativas constitui um caminho promissor para transformar a escola em um espaço de construção coletiva, diálogo e emancipação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, Rita de Cássia Borges de Magalhães et al. ***Metodologias ativas: tecnologias assistivas com um olhar para inclusão***. Rio de Janeiro: ABED, 2017.

BACICH, L.; MORAN, J. (orgs.). ***Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática (recurso eletrônico)***. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988***. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. ***Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)***. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946.

BRASIL. ***Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.*** Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. *Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.* *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.* Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.* *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Lei de Diretrizes Nacionais para Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.*** Disponível em: <inserir link>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CASARIN, Helen de Castro Silva. **Pesquisa científica: da teoria à prática** [livro eletrônico] / Helen de Castro Silva Casarin, Samuel José Casarin. – Curitiba: InterSaberes, 2012.

FERNANDES, S. de F. **Fundamentos para educação especial. 2. ed. Curitiba:** Ibpex, 2011.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2019.

FREIRE, P. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.*** 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LUCESI, Bruna Moretti; LARA, Ellys Marina de Oliveira; SANTOS, Mariana Alvina dos (orgs.). ***Guia prático de introdução às metodologias ativas de aprendizagem.*** Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, C.; ROSA, M. **Metodologias ativas e a prática docente**. São Paulo: Cortez, 2018.

PISCHETOLA, Magda; MIRANDA, Lyana Thédiga de. **A sala de aula como ecossistema: tecnologias, complexidade e novos olhares para a educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021

SECUNDINO, Francisco Karyvaldo Magalhães; SANTOS, João Otacílio Libardoni dos. **Educação especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico**. SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5582>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

SOARES, Cassiano. **Fundamentos da Educação Especial: processos de atenção à diversidade**. Mestrado em Educação Especial, 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela World Ecumenical Iniversity. E-Mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela World Ecumenical Iniversity. E-Mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela World Ecumenical Iniversity. E-Mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-Mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>5</sup> Doutoranda em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>6</sup> Mestrando de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>7</sup> Doutoranda em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>8</sup> Licenciatura Plena em Pedagogia -FACULDADE DO COMPLEXO EDUCACIONAL SANTO ANDRE (FACESA). E-Mail:[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>9</sup> Mestre do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei. Pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>10</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela World Ecumenical Iniversity. E-mail:: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)